

Trabalho no Século XXI

Mudanças, impactos e perspectivas

GT 05 - Trabalho de cuidado

Título: Gestão de velhices e velhices

Glaucia S. Destro de Oliveira

Resumo simples

Pretende-se discutir como definições e atribuições à velhice são acionadas no contexto de formulação de políticas públicas brasileiras e de que modo estas se apropriam de documentos de organismos internacionais, como a ONU. Trata-se, portanto, de uma análise qualitativa dos discursos sobre a chamada última etapa de vida, no âmbito nacional, tendo em vista a discussão do tema no cenário mundial. Com a intenção de extrapolar o mapeamento de políticas públicas voltadas aos velhos no Brasil, este trabalho propõe analisar como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Idoso, o Conselho Estadual de Idosos de São Paulo e os Conselhos Municipais de Idosos de Santos e de São Paulo apreendem e articulam concepções de velhice e, com base nelas, transformam o estatuto social e político do idoso por meio da gestão dessa fase da vida.

Resumo expandido:

“Idoso”, “terceira idade” ou “velho”, mais do que sinônimos, carregam qualidades e expectativas específicas à noção da pessoa de 60 anos ou mais. Essas categorias, então, devem ser apreendidas como construções em perspectiva e em relação, e não como dados. É preciso compreender como esses termos se articulam e adquirem sentido num tempo histórico e num contexto sócio-político. E, ainda, como esses significados vão sendo atualizados na dinâmica social.

A construção do envelhecimento como um problema na agenda pública envolve a elaboração de múltiplos discursos sobre a velhice, incluindo os das políticas públicas, cujo intuito é proporcionar cuidados à pessoa envelhecida. Essas políticas públicas tendem a apresentar o velho como um grupo da população a ser zelado e, conseqüentemente, regulam e administram procedimentos considerados apropriados, com base em critérios sobre como se envelhecer bem, construindo, desse modo, um modelo de velhice “adequada”.

A definição de um problema social não é o mero resultado do mau funcionamento da sociedade mas também, como mostra Remi Lenoir (1979), supõe um trabalho de reconhecimento e de conquista da atenção pública, e requer a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social para agir sobre ele.

Esta proposta de pesquisa debruça-se na descrição das arenas de conflito e disputa na “gestão da velhice”, tendo como foco os agentes que promovem discursos e práticas sociais sobre o cuidado, a promoção e a divulgação do modelo simbólico contemporâneo de velhice, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a subdivisão da Secretaria Especial em Direitos Humanos (SDH) da Pessoa Idosa, Conselhos Nacionais (CNDI), Estaduais (CEI-SP) e Municipais de Idosos de São Paulo (GCMi-SP) e Santos (CMI-Santos). Nessas entidades observo documentos eletrônicos e impressos e suas dinâmicas, com base em trabalho etnográfico nas suas sedes: em Brasília, em São Paulo e em Santos. Além disso, as populações atendidas nesses campos também são foco de atenção, a fim de traçar suas demandas, expectativas e compreensões dos serviços oferecidos e de suas concepções acerca do envelhecimento<sup>5</sup>. Busca-se, portanto, apreender as dinâmicas, dilemas e definições relacionadas às categorias de “idoso”, de “terceira idade” e “velho”.

Essa discussão implica voltar a atenção aos processos de construção e legitimação das transformações sociais sobre a velhice, encarnadas na figura social do idoso, e aos processos sociais e políticos que os tornam possíveis no cenário atual.

Trata-se, portanto, de analisar os pontos de intersecção entre os discursos de gestão de velhice, sem privilegiar as perspectivas da ONU, da SEDH-PI ou dos Conselhos - nacional, estadual e municipais de São Paulo e Santos -, mas, justamente, considerar os lugares de conexão, cruzamento de posições, significados e discursos, visualizando-os por meio de políticas nacionais, estabelecidas diante de um quadro global.

É importante salientar que não se trata de uma pesquisa sobre os Conselhos de Idosos, e sim sobre a dinâmica de disputas de definições, e atribuições envolvidas na produção de políticas voltadas à população envelhecida na gestão brasileira de velhice.

Analisar o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento não significa desviar-se do tema, mas, ao contrário, trata-se de pensar como este documento influi sobre os processos de consolidação das suposições e de planejamento para a velhice ideal, ao analisar os fluxos internacionais que compõem a discussão brasileira. Desse modo, as prescrições da ONU sobre idosos tornam-se um dos focos de investigação desta pesquisa.

Phillipe Ariès e Norbert Elias remontam à historicidade para mostrar que as noções de infância, juventude e velhice não devem ser tratadas como temas universais, e sim como resultantes de uma percepção e construção social. Tanto em *História social da criança e da família* (1981) quanto em *O processo civilizador: uma história dos costumes* (1993), os autores detalham as transformações graduais na vida social na transição da época medieval para a modernidade, que promoveram o surgimento dessas noções.

Elias revela como noções como a privacidade e a separação do mundo entre as esferas do público e do privado foram consolidadas com a expansão da sociedade burguesa. Até então, as distinções no vestuário eram apenas de classe e posição social e a contagem dos anos por meio da idade ou pela diferenciação das etapas da vida não era usual. É apenas com o fortalecimento do capitalismo e de sua organização social, fundamentada na cronologização da vida, que os indivíduos passam a ser diferenciados por meio da idade e uma nova etapa de vida para distinguir aqueles com menos anos para que pudessem ser preparados para a vida social, a suposta vida adulta – é nesse contexto que a infância, neste sentido, ganha uma caracterização própria.

As categorias etárias foram criadas ao longo da história ocidental expressando novas funções e valores sociais, pois a base para a centralidade da idade refere-se à cronologização da vida. É com o advento do Estado moderno que a classificação etária

torna-se o fundamento para a organização social, em que direitos, deveres e estilos de vida são legitimados de acordo com os anos de vida de um indivíduo.

Portanto, é preciso ter em mente que a velhice – ou outra etapa do curso da vida – não são noções pré-discursivas, mas sim resultantes de um processo histórico. A modernidade foi inaugurada com a concepção da centralidade e da igualdade entre os indivíduos. Desse modo, a idade torna-se um marco importante para atribuir e reconhecer direitos individuais, ainda que os indivíduos continuem sendo classificados hierarquicamente.

Estudar a construção social das etapas da vida possibilita trazer à tona a relevância da categoria etária nos estudos das Ciências Sociais, permitindo que estudiosos de outros temas compreendam a idade não mais como um dado a priori mas como um fato social, uma vez que a idade configura-se como uma categoria importante na intersecção com outros marcadores sociais, como classe, gênero, etnia, entre outros. A compreensão dos modelos de fases da vida torna possível o entendimento dos mecanismos de valoração em uma dada sociedade, de seus sistemas de produção e de reprodução social.

Esta proposta de pesquisa busca refletir sobre as diferentes instâncias das políticas públicas no contexto brasileiro, para analisar as disputas e conflitos inerentes ao processo de legitimação de projetos e ações, de modo a perceber os valores e as atribuições que configuram a categoria de “idoso” em contraposição à categoria de “velho”.

Para isso, busca-se compreender, por exemplo, como o Plano de Ação Internacional de Envelhecimento, de 2002, é apropriado pelos três níveis governamentais brasileiros: municipal, estadual e federal. Trata-se de um fluxo unilateral de informações e de discursos? Como são formuladas e como se articulam as políticas públicas realizadas nos âmbitos municipais, estaduais e federal? Como esta etapa da vida é pensada pelos agentes da gestão da velhice no Brasil? Como um organismo internacional pode inferir na construção de um novo personagem social, atribuindo-lhe características, valores e ideais específicos? Como as diretrizes internacionais são apropriadas pelos gestores locais? Qual é a influência da Carta de Madrid nas políticas brasileiras destinadas a idosos? Como os diferentes atores analisados – gestores públicos, conselheiros, diretoria executiva dos Conselhos de Idosos e os visitantes de suas reuniões - percebem a política realizada na

contemporaneidade no contexto brasileiro? Como as dinâmicas sociais configuram os espaços destinados à formulação de políticas voltadas a essa etapa da vida?

O esclarecimento dessas questões permite compreender melhor como a categoria de envelhecimento tem se transformado no fluxo de diretrizes, atribuições e concepções, muitas vezes conflitantes, pautado pelo Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento na elaboração de políticas públicas locais.

A grande extensão do campo de investigação aqui delimitado justifica-se pela intenção de apreender os discursos sobre o envelhecimento a partir da interconexão das diversas instâncias em diálogo e conflito, pautadas em documentos e planos nacionais e internacionais, da SEDH e da ONU, respectivamente.

Brett Neilson (2003), por exemplo, estuda a globalização e a velhice em relação, uma vez que os dois termos tratam de processos multidimensionais, que incluem aspectos biológicos, sócio-culturais, políticos e econômicos. Em sua teoria, não há um ponto de partida fixo ou causas iniciais, e sim processos, dinâmicas e fluxos multilaterais que constituem ambos os termos.

O autor descreve a globalização como fluxos de pessoas, bens, dinheiro e tecnologia que se movem entre nações, de modo crescente e ágil, desafiando a autoridade soberana do Estado-nação e, desse modo, alterando profundamente a forma pela qual o poder político é exercido. Para apreender o envelhecimento neste contexto, o autor diz que é preciso compreender a dimensão política do envelhecimento com base nos modos de subjetivação. A discussão por ele proposta abrange uma série de realidades globais contemporâneas em que a globalização e o envelhecimento se interrelacionam, mesmo quando parecem termos distantes. A pesquisa aqui proposta se inclui nesta abordagem, uma vez que também pretendo analisar envelhecimento e globalização em relação, considerando seus elementos mais amplos de produção e constituição, seus espaços de intersecções, de mediações e de negociações em fluxo.

Para tanto, a pesquisa combina análise etnográfica das reuniões em organismos municipais e estaduais com análise de documentos da ONU, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e dos Conselhos de Idosos: CMI, CEI de São Paulo, CMI de São Paulo e Santos, a fim de dar conta da gestão contemporânea de velhice.